

**Resumo** Este artigo pretende reflectir sobre algumas questões que, sendo embora correntes entre as camadas etárias mais jovens (e.g. estudantes universitárias/os), não deixam por isso de interessar menos a todos/as aqueles/as que, de uma forma ou de outra, se identificaram ou identificam com o movimento feminista. Assim, reflecte-se sobre o problema dos homens – qual o seu papel, se é que têm algum, no movimento feminista? As acusações de desadequação à realidade e de obsolescência; os desafios do *queer*; as questões de organização e de estratégia.

**Palavras-chave** feminismo; masculinidades; *queer theory*; cidadania; anarquismo.

1. O feminismo é um tiro no pé? A pergunta foi-me colocada por uma aluna e a sua resposta afigura-se-me complexa. O feminismo, um tiro no pé? Espere-mos que não; mas isso poderá depender de quem dá o tiro – ou, o que é o mesmo, de saber a quem pertence o pé. A questão do género, transversal à sociedade, poderá desempenhar, também aqui, um papel central. Um homem que se afirme feminista (ou pró-feminista), não estará a dar um tiro no próprio pé?

Aliás, existirão homens feministas? Se o feminismo for entendido como uma mera estratégia de poder individual para mulheres individualmente consideradas, a existência de homens feministas resulta incompreensível. No contexto de um limitado pensamento neo-liberal, em que os interesses de grupo se resolvem num cálculo de soma zero, a fórmula «se eu ganho, tu perdes» é sempre verdadeira. Porque deveria então haver homens feministas?

Em primeiro lugar, por causa de um imperativo ético: é-se feminista como se é anti-racista. Mas também porque, segundo outra teoria, os homens viverão vidas mais preenchidas e felizes se o fizerem – compreender-se-ão melhor a si próprios, sentir-se-ão mais realizados... E, no entanto, quando Michael Kimmel (1998: 62) argumentou, num congresso, que os homens têm todo o interesse em assumir uma postura feminista – porque beneficiarão a longo prazo – quase pode dizer-se que teve a resposta que merecia:

«*Just what we need* – era mesmo disto que nós precisávamos, respondeu uma militante – um feminismo que beneficia os homens! Eu estou fora!»

De facto, existem razões para cepticismo, se não quanto à possibilidade, pelo menos quanto à *probabilidade* de um tal envolvimento. Se é fácil, para um homem, dizer-se «feminista», um envolvimento mais profundo com as questões feminis-

tas afigura-se raro – sobretudo se tivermos em conta que, como disse alguém, «lutar contra o patriarcado é lutar contra nós mesmos» (Kahane 1998: 213) – e ninguém gosta de sentir-se continuamente posto em causa. Incapazes de reconhecer esta realidade, a maioria dos homens (entre os quais me incluo) desenvolvem formas de «feminismo» que se revelam profundamente contraditórias.

E no entanto existe uma longa história de envolvimento precoce dos homens (ou de alguns homens...) nos movimentos feministas e proto-feministas: *De L'Égalité des Deux Sexes* (1673), do cartesiano Poulain de la Barre, é segundo Ana Miguel Álvarez (2002: 17) «a primeira obra feminista centrada explicitamente em fundamentar a exigência de igualdade entre os sexos». Em pleno movimento sufragista, é também um homem (o que se tornava aliás inevitável, dada a sua condição de deputado), John Stuart Mill, quem, perante o Parlamento inglês, pronuncia a primeira defesa oficial do voto feminino. Simone de Beauvoir (1975: 183) chega a afirmar que foi um homem, Léon Richier «o verdadeiro fundador do feminismo, criando em 1869 *Les Droits de La Femme* e organizando o congresso internacional desses direitos em 1878.»

Não creio portanto que o feminismo seja um tiro no meu próprio pé.

2. Mas – e aqui surge uma outra questão – não estará o feminismo ultrapassado? nomeadamente se tivermos em conta as enormes mudanças ocorridas nas relações entre homens e mulheres, nas últimas décadas? Não terá o pós-modernismo, ao proclamar o esgotamento das Grandes Narrativas de sentido universal, trazido também consigo o esvaziamento de sentido das teorias feministas? «O feminismo é como o marxismo – dizia a minha aluna – ignora os contextos, a questão existencial...»

Dizer que o feminismo se esgota com o fim do Modernismo, é esquecer o quanto as feministas foram pioneiras na contestação do discurso homogéneo das Luzes – nomeadamente, ao porem em causa a capacidade deste para explicar a realidade das mulheres.

O próprio feminismo não constitui, aliás, um movimento unificado. Caracteriza-o a pluralidade de abordagens, a diversidade de perspectivas teóricas sobre a questão da subordinação/emancipação das mulheres, ou das relações entre género, etnia e classe social. Existe um feminismo liberal-reformista, um feminismo marxista, um feminismo radical, feminismo católico, feminismo socialista, feminismo negro, feminismo cultural, ecofeminismo, feminismo lésbico, «feminismo francês», *standpoint feminism*, feminismo pós-estruturalista. Durante o referendo de 1998 houve até feministas que fizeram campanha contra a despenalização do aborto.

De um modo geral, o movimento afirma-se hoje como plural, no reconhecimento da infinidade de contextos e situações em que decorre, ou decorreu, a história da subordinação/emancipação das mulheres – e já não da Mulher, categoria universalista entretanto abandonada. Por outro lado, se o feminismo é hoje, algumas vezes, apelidado de ultrapassado, isso não impede que, ao mesmo tempo,

continue a despertar enormes sentimentos de animosidade e ódio. As razões para essa animosidade são as mesmas de sempre: os homens, que se vêem relegados do seu papel tradicional; o medo de perder um privilégio (o que demonstra, afinal de contas, que as coisas não mudaram assim tanto). De facto, e infelizmente, a agenda feminista mantém-se actual: os reais progressos na emancipação das mulheres não terminaram com a violência e discriminação que contra elas tem sido exercida ao longo dos tempos.

3. Mas um segundo desafio às teorias feministas surgiu, mais recentemente, com a chamada *queer theory*.

A questão da natureza e alcance das diferenças de género (enquanto distintas da diferença biológica) provocaram sempre acesa discussão entre as feministas. Será o género «neutro», ou hierarquia e poder são intrínsecos a qualquer sistema bipolar de diferenças? O objectivo é erradicar o género ou somente reformá-lo? É a androginia possível (ou até desejável)?

Alguns grupos feministas colocaram o acento na *diferença* entre os sexos, chegando mesmo a advogar a sua separação total (por exemplo, o ecofeminismo, para quem a mulher era possuidora de determinadas qualidades «naturais» que a tornavam superior ao homem). Mas as mulheres não são todas iguais – algumas são mais iguais do que outras. As sucessivas críticas das feministas negras e terceiro-mundistas, das feministas lésbicas, e das transexuais realçam o paradoxo que desde sempre esteve ligado o movimento: o facto de este assentar numa noção de *identidade feminina* que continuamente se vê obrigado a criticar, num gesto de des-essencialização permanente. Mas a alternativa, a aceitação de uma multiplicidade de identidades, não significaria um esvaziar de sentido da «luta das mulheres» enquanto movimento, um pôr em causa da própria razão de ser da palavra Feminismo?

A questão da minimização ou maximização da *diferença* conheceu um importante desenvolvimento no final da década de 80, com o activismo lésbico-gay e a *queer theory*. Esta representa uma completa inversão da política da identidade («*women-centred*») tão vigorosamente defendida pela geração precedente de feministas lésbicas. Em *Gender Trouble*, por exemplo, Judith Butler (1999) põe em questão a necessidade de uma «identidade feminina» estável como base para a prática feminista. As identidades são sempre normativas e, conseqüentemente, exclusivas ou discriminatórias. O novo espírito *queer* fornece às/aos anteriormente excluídas/ os pela tendência «identitária» (ou essencialista) – os bissexuais, os transgender, as transexuais *Male-to-female* lésbicas e outros/as – um meio de escaparem à rigidez do sistema bipolar de género: o imperativo cultural de ser homem ou mulher.

Os diferentes grupos envolvidos no activismo *queer* encaram, por vezes, o feminismo como um fenómeno datado, excessivamente puritano ou até retrógrado. Para Butler, contudo, o *queer* só fará sentido na sua ligação ao feminismo. Como refere Butler (1999: 10):

No limite, é a *distinção sexo/género* que sugere uma descontinuidade radical entre corpo e construção cultural: mesmo que o sexo biológico surja como binário [o que, já de si, é, segundo Butler, discutível] – não há qualquer razão para assumirmos que os géneros devam também reduzir-se a dois.

Também não é por aí que o feminismo é um tiro no pé.

4. Finalmente, e para terminar, uma referência muito rápida ao tema: ONGs, cidadania, democracia participativa.

A década de 80 passou à história como uma década especialmente conservadora: líderes ultraconservadores nos EUA e Inglaterra, a queda dos regimes comunistas da Europa de Leste, o aparecimento dos eternos profetas do fim da história. Também o feminismo conheceu profundas alterações; paralelamente aos grupos de base, desenvolveu-se aquilo que algumas autoras chamam «feminismo institucional» (Álvarez, 2002: 59), abandonada que foi a aposta em situar-se fora do sistema e só aceitar mudanças radicais.

Historicamente, o feminismo liberal preocupou-se com a obtenção de direitos iguais para as mulheres – os mesmos direitos cívicos, a mesma cidadania que os homens. Na Grécia antiga, os «cidadãos» eram todos homens (na verdade não chegavam a corresponder a uns 10% da população); o mesmo sucedia na república de Roma e quando, já no contexto da Revolução Francesa, Olympe de Gouges lançou a sua *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), a pobre acabou inevitavelmente na guilhotina. Trata-se portanto de um tema delicado, e que é caro ao movimento feminista (Arnot, 2003; Lister, 2003).

No entanto, o actual conceito de «cidadania» ou «cidadanismo», como dizem alguns autores (Alain C., 2001) consiste em contrapor à estrutura obsoleta dos partidos ou democracia representativa uma democracia dita «participativa». A luta de classes e as preocupações revolucionárias são aqui substituídas pela participação política dos cidadãos/cidadãs que, não só devem eleger os seus representantes mas actuar constantemente, exercendo pressão sobre os mesmos para que façam aquilo para que foram eleitos/as: por outras palavras, para que nos governem...

Este movimento parte, aliás, dos próprios governantes. Quando existe uma dinâmica de participação política forte, as classes dirigentes esforçam-se por amortecer ou refrear essa vontade – assim sucedeu em 74, como refere Boaventura Santos (1990); quando as massas se alheiam da participação política, logo se multiplicam os discursos e as receitas jurídicas, apelando à participação cívica.

É neste contexto que se situam as ONGs, essas organizações que de «não governamentais» têm muito pouco (já que são subsidiadas pelo Estado, i.e. pelos governos). As ONGs partem da constatação de que o Estado é ineficaz como remediador da exclusão e promotor de justiça social. E para, substituí-lo, ou complementá-lo, nada melhor do que a «sociedade civil» organizada, ou «terceiro sector». Vários argumentos têm sido esgrimidos contra e a favor desta estratégia

(Fórum Internacional de ONGs... 1992; Coutinho, 2003). Parece, todavia, indubitável que este «terceiro sector» cumpre um papel ideológico importante nas estratégias neoliberais que visam desobrigar o Estado de actuar na área social. Coincidência ou não, a multiplicação de ONGs, a partir da década de 80 – e o seu revestimento de um papel cada vez mais burocrático e de autoperpetuação – acompanham o renascimento do discurso liberal a nível mundial.

Segundo Ana Maria Álvarez, o feminismo institucional reveste diversas formas nos países ocidentais. Desde a formação de *lobbies* ou grupos de pressão, até à criação de ministérios ou instituições interministeriais da mulher. «Um resultado notável destas políticas foi o facto, realmente impensável há duas décadas, de mulheres declaradamente feministas ocuparem importantes postos nos partidos políticos e no Estado» (Álvarez 2002: 59). Reforma ou revolução?, perguntava Rosa Luxemburgo (1998) nos princípios do século passado; talvez que a questão não se coloque hoje exactamente nos mesmos termos, e no entanto...

A activista Claire Auzias, desiludida com os grupos anarquistas em França (o anarquismo foi o último, entre os grupos radicais franceses, a criar no seu seio subgrupos de mulheres – i.e. grupos não mistos) esteve ligada, nos anos 80, ao movimento feminista. Até descobrir, à sua própria custa, que a condição fisiológica do sexo não é suficiente para posicionar as pessoas do lado certo da barricada:

Não sejamos ingénuos: a luta contra a discriminação sexista vai estar à cabeça das preocupações das instâncias internacionais nos próximos decénios no mundo inteiro. Já não há uma resolução da ONU, da UE, etc., em que as mulheres não sejam o assunto principal. Mas não muda em nada a relação social das mulheres, relativamente à opressão, a não ser que hoje em dia há mais mulheres patrões, mais mulheres polícias, mais mulheres dirigentes políticas, todas alinhadas pelos usos e costumes que os homens tinham nas empresas, na polícia ou no Estado antes delas. Eu fui atirada para o desemprego por duas mulheres socialistas... que tinham acedido a cargos de chefia graças ao Movimento Feminista e sido admitidas nas listas socialistas também graças ao Movimento Feminista, onde essas duas p... claro que nunca puseram os pés (Auzia, 2004).

Correndo o risco de um tiro no pé, reconheço que as minhas simpatias vão, de facto, para um feminismo um pouco mais radical: o de Valerie Solanas, feminista de rua cujo Manifesto da SCUM, em edição portuguesa, foi traduzido por aquilo a que Valerie chamaria um Auxiliar Masculino (Solanas, 2001; pós-facio de uma companheira anarquista).

Não constituirá a preocupação da eficácia, por vezes, o verdadeiro tiro no pé? Num estudo sobre feminismo e educação em Portugal (décadas de 70 e 80), Maria José Magalhães (1998: 78), distinguia entre organizações regidas por um «paradigma da eficácia», eventualmente ligadas a partidos políticos (MDM, UMAR), e que apostavam num movimento forte, «estrategicamente organizado»; e pequenas organizações ou grupos de «tomada de consciência» (GMP/Artemi-

sia, GAMP, MLM de Lisboa). Apesar de uma menor visibilidade social, estas organizações, frágeis e muitas vezes efémeras, desempenharam um papel extremamente importante. Elas constituíram, de facto, a «espinha dorsal do feminismo» (Magalhães, 1998: 79) nas décadas de 70 e 80. Tratar-se-ia de ONGs?

Organizações não-governamentais no verdadeiro sentido do termo – já que não eram financiadas ou apoiadas por quaisquer governos – estes grupos de base não apelavam, contudo, à cidadania responsável nem à democracia «participativa». A sua preocupação com o quotidiano, o seu distanciamento relativamente a formas de organização política tradicionais/masculinas e a partidos políticos, poderiam, superficialmente, identificá-los com as actuais ONGs. Nunca adoptaram, porém, o papel burocrático e de auto-perpetuação destas últimas; muito pelo contrário: entre as suas mais notáveis características destaca-se a fugacidade. Também a preocupação de eficácia nunca foi propriamente dominante. Como disse, eram movimentos de «tomada de consciência», de partilha de experiências e espaços alternativos, não de *lobbying*.

Considere-se ou não o patriarcado como a forma primária das desigualdades sociais, o facto é que, transcultural e trans-histórico, ele varia com as épocas e os lugares, tendo adquirido uma forma específica nas sociedades capitalistas. A tentativa de transformar as mulheres em superconsumidoras felizes e passivas, por exemplo, é hoje um dos melhores aliados do sistema patriarcal. Por outro lado, a sobrevivência da sociedade e do modo de produção capitalistas dependeu sempre da existência de corpos intermédios entre o indivíduo e o Estado, capazes de assegurar a paz social: do modelo arcaizante do Estado corporativo aos regimes de Segurança Social, passando pelos movimentos filantrópicos de inspiração católica e organizações de voluntariado. A conversão dos grupos e organizações feministas em ONGs financiadas pelo Estado – partilhando do mesmo estatuto que associações ecologistas, de direitos humanos, e grupos de «defesa da vida» – poderá constituir o último passo dessa estratégia.

### Referências Bibliográficas

- Alain C. (2001), *Contribución a la crítica del ciudadanismo*, Barcelona, Etcétera.  
 Álvarez, Ana de M. (2002), *O Feminismo Ontem e Hoje*, Lisboa, Ela por Ela.  
 Arnot, Madeleine e Jo-Anne Dillabough (2003), «Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres», *ex aequo*, n.º 7, pp. 17-45.  
 Auzias, Claire (2004), «Feminismo, Anarquia: “A minha vida sem mim”», in *Utopia*, n.º 18, pp. 13-27.  
 Beauvoir, Simone de (1975), *O Segundo Sexo*, Amadora, Bertrand, vol. I.  
 Butler, Judith (1999), *Gender Trouble: Feminism and The Subversion of Identity*, Nova Iorque e Londres, Routledge, 2.ª ed.  
 Coutinho, Joana Aparecida (2003), «Organizações Não-Governamentais: o que se oculta no “não”?» in *Revista Espaço Académico*, Ano III, n.º 24.  
 Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais (1992), *Tratados das ONGs*. Fórum Global ECO 92, Santos, S. Paulo.

- Kahane, David J. (1998), «Male Feminism as Oxymoron», in Tom Digby [ed.], *Men Doing Feminism*, Londres, Routledge, pp. 213-236.  
 Kimmel, Michael S. (1998), «Who's Afraid of Men Doing Feminism?», in Tom Digby (ed.), *Men Doing Feminism*, Londres, Routledge, pp. 57-68.  
 Lister, Ruth (2003), «Cidadania: um desafio e uma oportunidade para as feministas», in *ex aequo*, n.º 7, pp. 165-178.  
 Luxemburgo, Rosa (1998), *Reforma ou Revolução*, Lisboa, Ed. Estampa, 1970, 4.ª ed.  
 Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação; Portugal: décadas de 70 e 80*, Lisboa, Celta.  
 Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.  
 Solanas, Valerie (2001), *Manifesto da Scum*, Lisboa, Fenda.

### Abstract

#### Is Feminism a shoot in the foot?

This paper intends to discuss issues that, although being current among university students, are of no less interest to all those people who, in one way or another, identify with the feminist movement. Thus, the problem of men (what will be their role, assuming they should have one, in the feminist movement) but also the accusations of datedness, obsolescence, of being out of reality and the recent challenges of *queer theory* are questions of debate.

**Key words** Feminism; masculinities; *queer theory*; citizenship; anarchism.

### Résumé

#### Est-ce que le Féminisme est un tir dans le pied?

Dans cet article on vise à réfléchir sur certaines questions qui, même s'elles sont plus courantes parmi les jeunes (e.g. les étudiants universitaires), n'intéressent moins à tous ceux qui, d'une manière ou d'autre, s'identifient avec le mouvement féministe. Donc, le problème des hommes (quel sera leur rôle, en croyant qu'ils devraient avoir un, dans le mouvement féministe) mais aussi les accusations de paralysie, de vieillissement théorique; les défis actuels posés par le *queer*; les questions d'organisation et de stratégie...

**Mot clés** Féminisme; masculinités; *queer*; citoyenneté; anarchisme.

**Pedro Bessa** (1963) é Professor Auxiliar do Curso de Design no Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro; área de investigação: Design e Estudos de Género. É membro da APEM e da European Academy of Design, e editor associado do *Design Journal* (EAD, Salford), exercendo paralelamente actividade como artista plástico, com diversas exposições individuais e colectivas, em Portugal e no estrangeiro. Licenciatura em Artes Plásticas-Pintura (Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1990); bolseiro na School of Visual Arts, em Nova Iorque (1990); Mestre em *Fine Art and Theatre: interdisciplinary and theoretical studies*, pela Wimbledon School of Arts/University of Surrey (1993); Doutorado em Design (Universidade de Aveiro, 2005), com a tese *Representações do Masculino e do Feminino na Sinalética*.

Artigo recebido para publicação em Janeiro de 2005 e aceite em Outubro de 2005.